

este ensaio sobre os acontecimentos de 1974-1975 usando testemunhos daquela fleuma britânica que, se não estivéssemos perante uma tragédia humana tão grande, teriam sucesso em qualquer crítica de costumes. É o caso do diplomata Stanley Duncan, que vê Moçambique vítima de colonizadores incompetentes (p. 441). Neste capítulo VIII conseguimos vislumbrar a habilidade do responsável máximo pela diplomacia portuguesa, Mário Soares, como alguém particularmente sensível aos usos úteis da Aliança Luso-Britânica. A dupla que em alguns momentos formou com Callaghan é aqui pela primeira vez historiografada com fontes nunca antes usadas. Os contactos de alto nível que se fizeram através de Londres parecem ter tido resultados significativos, sobretudo no caso de Moçambique, onde, apesar das inúmeras contingências se evoluiu, como sublinha o autor, no breve espaço de vinte anos para uma adesão à Commonwealth. Numa prosa elegante, e não recorrendo a extrapolações irracionais, tão frequentes ao tratar um tempo histórico tão próximo, Pedro Oliveira revela ainda os motivos (ocultos) do interesse britânico por Timor. Este episódio «menos feliz» (p. 479) encerrava razões associadas a uma *realpolitik* que parece hoje chocante para as diplomacias baseadas na salvaguarda dos direitos humanos, mas que não deixavam de conter uma dose de grande complexidade, como, aliás, se advinha pelas declarações então feitas por alguns responsáveis portugueses.

Não podemos, por todos os motivos apontados, dispensar os contributos desta obra para uma compreensão mais rigorosa da história do século XX português. Um trabalho que passa a ser *de referência*. Como nos recorda o autor logo de início, não existe ainda uma obra de síntese que coloque em perspectiva seiscentos anos de aliança. Estamos, assim, perante um modesto contributo... de 600 páginas!

PEDRO LEITE FARIA

Centro de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa

*António Monteiro Cardoso, Timor na 2.ª Guerra Mundial — O Diário do Tenente Pires*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea, ISCTE, 2007, 271 páginas.

A 7 de Dezembro de 1941, o ataque japonês a Pearl Harbour deu início à Guerra do Pacífico. A expansão nipónica foi fulminante: nesse mesmo mês caíram os territórios americanos de Guam e Wake Island, assim como Hong-Kong; em Fevereiro de 1942 rendeu-se Singapura e a frota aliada sofreu

uma pesada derrota na batalha do mar de Java. É neste contexto que uma força australiana e holandesa desembarca em Timor Oriental, a 17 de Dezembro de 1941, à revelia do governo de Lisboa, e que os japoneses invadem, por sua vez, o mesmo território, a 19 de Fevereiro do ano seguinte, sem resistência portuguesa e com a rendição do grosso das tropas aliadas, cinco dias depois. Assim começava uma ocupação que durará até ao fim da guerra, em Agosto de 1945.

De tudo isto se ocupa geralmente a história política, e em particular a história diplomática e a militar, abrindo perspectivas relevantes, porque tratam de factos de que dependem as vidas de milhões de pessoas. A historiografia tem dificuldade em ir mais além, em atingir o nível mais concreto — o de saber, ou sequer pressentir, o que essas pessoas, envoltas no turbilhão, sentem e pensam. Mas há por vezes testemunhos que, como um clarão, permitem vislumbrar esse lado mais nocturno da história. O «diário» do tenente Pires é um deles, iluminando de uma luz diferente o que se passou em Timor no tempo marcado pelas sucessivas invasões.

Do próprio «diário», bem como do texto de António Monteiro Cardoso que o precede, vemos que a invasão nipónica suscitou na ilha um surto de violência incontrolável, de origens várias. Por seu lado, os japoneses, que incitavam os timorenses contra os brancos, em nome da fraternidade asiática e da construção da «Grande Ásia», formaram a partir de Agosto de 1942 as chamadas «colunas negras» — «grupos de indígenas, recrutados tanto no Timor holandês como no português, os quais espalharão o terror, matando e roubando, com a cobertura dos militares japoneses» (introdução, p. 63). Estes últimos saqueavam, espancavam e assassinavam também por sua conta, não poupando os próprios naturais da ilha, apesar da retórica de que se serviam. Por outro lado, ocorreram também revoltas espontâneas de timorenses na parte oeste do território contra as autoridades portuguesas (que se mantiveram em função na primeira fase da ocupação nipónica) — revoltas com «origem em antigos ressentimentos contra a colonização portuguesa que se tinham mantido encobertos devido à dureza da repressão exercida e que agora se exprimiam, aproveitando a oportunidade criada pela debilitação do sistema colonial provocada pela invasão japonesa» (*ibid.*). Em resposta, alguns dos administradores portugueses mobilizaram contra os revoltosos forças «indígenas», que agiram também com extrema violência, cometendo massacres indiscriminados, sem excluir mulheres e crianças. Tomando como pretexto o clima de insegurança assim criado, o comando nipónico propôs ao governador português, que a aceitou, a formação de uma zona de protecção onde se concentraria a população branca do território. Mas parte desta — nomeadamente os deportados da metrópole, muito numerosos — recusou esta solução, fugindo e ligando-se às forças australianas ainda activas em Timor, que lhes prometeram protecção e auxílio. Perseguidos pelos japoneses, alguns conseguiram embarcar para a Austrália a partir

de Novembro de 1942, mas, após a decisão australiana de abandonar a ilha, tomada a 3 de Janeiro de 1943, os que restavam «ficaram ao abandono em Timor, sujeitos a morrer de fome, de doença ou às mãos dos militares japoneses e dos seus colaboradores, como sucedeu a muitos deles» (introdução, p. 72).

É nesta fase crítica que se inicia o «diário» do tenente Pires, cuja primeira entrada data de 26 de Dezembro de 1942. Por esta altura, o seu autor encontra-se na montanha de Matabaia, a leste do território, acossado pelos japoneses, com um grupo de «cerca de 300 europeus e assimilados, com mulheres e crianças» (introdução, p. 76). Dispondo de um armamento reduzido, sem força suficiente para resistir ao avanço das tropas nipónicas, Pires vai progressivamente assumir como objectivo a obtenção de socorros «para embarcarem todos os portugueses, vítimas do egoísmo feroz dos soldados australianos, que embarcaram, abandonando cobardemente à pior e à mais horrível sorte os portugueses, que na Colónia vivem abandonados pelo Governo da Metrópole [...]», como escreve a 26 de Janeiro de 1943. Não o conseguindo obter, foi a custo convencido a partir num submarino para a Austrália a 10 de Fevereiro, dando-se por missão persuadir os aliados a «salvar os portugueses e os indígenas, vítimas das atrocidades japonesas» (introdução, p. 80). No resto do «diário», Pires dá conta das múltiplas diligências que empreendeu para cumprir esse objectivo, esbarrando sempre no que ele pensava ser a inércia australiana, quando, na verdade, se estava perante a decisão aliada de nada arriscar nessa altura em favor de Timor, que de momento perdera a sua importância estratégica. Tomado pela angústia de trair a confiança dos companheiros que tinham ficado na ilha, passa a pedir que o lancem de pára-quadras nas montanhas timorenses. Por fim, ofereceu-se para desembarcar no território com um pequeno grupo, que ficaria a fornecer informações aos aliados, em troca da evacuação de 50 portugueses — o que é, finalmente, aceite pelos serviços secretos australianos. Neste ponto termina o «diário», a 16 de Maio de 1943.

Pelo texto introdutório de António Monteiro Cardoso sabe-se que o tenente Pires desembarcou de facto em Timor na noite de 1 para 2 de Julho. A 3 de Agosto, pelos seus esforços, foram evacuados para a Austrália 89 refugiados. A 29 de Setembro, Pires viu-se cercado e capturado pelos japoneses, às mãos dos quais veio a morrer meses mais tarde.

O «diário» do tenente Pires é, em si, um texto admirável que se lê como uma tragédia grega: vemos os dilemas da sua consciência e assistimos à realização inexorável do seu destino. Apercebemo-nos, nesse percurso, de que estamos perante a história, não de um herói português das hagiografias oficiais ou da historiografia marcada por objectivos políticos mais ou menos explícitos, mas de um dos obscuros heróis do nosso tempo: alguém que, seguindo os impulsos da sua consciência, procura salvar quem nele confiou e que, sacrificando-se, acaba por salvar de facto algumas dezenas de companheiros, europeus e timorenses.

Por vezes, o interesse de documentos como este perde-se em publicações mal cuidadas que acabam por ocupar o espaço editorial, desperdiçando-o. Felizmente, tal não acontece neste caso: o «diário» é-nos apresentado com um impressionante aparelho crítico que facilita a sua compreensão e a dos factos a que se refere. Não há nome próprio nele citado que não mereça uma referência biográfica, não há localidade que não seja situada, não há incidente que não seja explicado. Tudo isto supõe um imenso trabalho de recolha de informação e de cruzamento de fontes (trabalho em que, como Cardoso faz questão de sublinhar, foi importante a colaboração de Luísa Tiago de Oliveira). Para além da muito boa bibliografia de apoio, a pesquisa estendeu-se a vários arquivos portugueses, podendo ainda contar com preciosos documentos dos arquivos nacionais da Austrália, disponíveis na Internet. Em anexo é publicada a correspondência de Pires para entidades de vários países enquanto esteve na Austrália, bem como a troca com alguns dos seus companheiros, que completam o «diário», permitindo aferir melhor as suas perspectivas sobre a situação então vivida na zona de guerra do Sudeste asiático. Única ressalva a fazer quanto a este ponto: julgamos que teria sido útil incluir também a directiva de 12 de Junho de 1943 dos serviços australianos ao tenente Pires, na qual se fixavam os objectivos do pequeno grupo que ele ia chefiar em Timor. Tanto quanto se pode inferir da breve referência que lhe é feita na introdução (p. 93), trata-se de um texto trabalhado ou acordado com o próprio Pires: assim se explicariam as alusões nela contidas à necessidade de «imbuir os chefes e os nativos do sentimento de lealdade à bandeira portuguesa» e ao «restabelecimento da autoridade portuguesa na colónia».

Tudo isto é precedido de uma introdução que vai muito além de um simples comentário ao texto de Pires: estamos perante uma verdadeira história de Timor durante a primeira metade do século XX, nas suas linhas gerais, muito sucinta, mas captando o essencial, com grande rigor de análise.

O relato começa com as guerras de ocupação do governador Celestino da Costa (1894-1908), utilizando os timorenses mais ligados ao colonizador («em especial nalgumas povoações do litoral norte, como Díli, Baucau e sobretudo Manatuto e Lacló») contra os mais hostis (na zona oeste e principalmente sudoeste do território). Caracterizada por uma grande violência, a campanha tinha «um objectivo bem definido: a imposição aos indígenas do trabalho obrigatório, centrado na cultura do café» (pp. 18-19). Reprimida em 1912, pelos mesmos métodos, a revolta do Manufai, no Sul do território — «a maior e mais longa insurreição contra a dominação colonial, que esteve à beira de expulsar os portugueses da ilha» (p. 20) —, estava consumada, no essencial, a «pacificação» de Timor. Seguiu-se um regime de administração militar, que António Monteiro Cardoso descreve sem complacência no capítulo III. Só o título — «um paternalismo áspero» — nos parece frouxo para referir um sistema colonial em que se prendia, desterrava e matava arbitrariamente, além de outros abusos, como a prática institucionalizada do

trabalho forçado. Sobre a situação nos anos 30, Cardoso mostra com pertinência a sua dupla face: o «considerável esforço colonizador» então realizado, «através de uma política assimilacionista mais acentuada, no quadro da euforia nacionalista que caracteriza esta época» (p. 25»), e a crise económica resultante da depressão mundial, que introduziu novas tensões. Quatro outros capítulos — o VI, o VIII, o IX e o X — tratam da conjuntura da guerra, levando a análise até 1945, por altura do restabelecimento da autoridade portuguesa.

Para além do seu objectivo geral, amplamente conseguido — o de contextualizar a acção do tenente Pires e o seu «diário» —, estas páginas sobre a história de Timor têm o mérito suplementar de nos darem pistas relevantes para compreendermos a evolução do território até aos nossos dias.

O texto introdutório está ainda enriquecido com um capítulo sobre os deportados políticos, que se justifica pela importância que assumiram em Timor (onde constituíam uma boa parte da população colonizadora) sobretudo durante a segunda guerra mundial. Em anexo, um quadro contém informações muito detalhadas sobre os remetidos em grandes vagas de 1927 a 1931 — parte deles presos e deportados sem processo ainda durante a I República.

Finalmente, outro capítulo intercalar é dedicado à acção do tenente Pires como administrador. Parece-nos o menos conseguido do volume, aproximando-se das biografias tradicionais dos funcionários do império. É possível, e até provável, pelo que dele sabemos, que Pires tivesse uma relação com os «indígenas» mais humana do que era habitual na ilha, mas não deixaria por isso de ser o representante do poder colonial, com as funções inerentes de comando, exigindo subordinação. Dificilmente a abertura de estradas ou a promoção da cultura do algodão, que lhe são creditadas, se fariam à margem das coerções correntemente exercidas pela administração portuguesa. Terá pesado aqui, na análise de Cardoso, a compreensível simpatia pelo biografado.

Mas trata-se de um pecado menor. No seu conjunto, estamos perante uma obra exemplar. Venham mais, muitos mais livros como este, da autoria de António Monteiro Cardoso ou de outros que lhe sigam a lição de rigor. Há, nomeadamente, outro drama colectivo — o vivido no Norte de Angola em 1961 — que merece uma abordagem semelhante, a partir de textos de carácter memorialístico, muitos já publicados, outros por publicar, todos a necessitarem de uma análise crítica com a qualidade da que acabámos de recensear.